

Autopista Fluminense S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FLUMINENSE S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.324.949/0001-11, com sede na Avenida São Gonçalo, 100 unidade 101, Bairro Boa Vista, CEP: 24.466-315, Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2015.

Odílio de Jesus Ferreira
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FLUMINENE S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.324.949/0001-11, com sede na Avenida São Gonçalo, 100 unidade 101, Bairro Boa Vista, CEP: 24.466-315, Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2015.

Odílio de Jesus Ferreira
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
São Gonçalo - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Fluminense S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Fluminense S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1-S-RJ

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-RJ

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-RJ

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota		
	explicativa	31.12.2014	31.12.2013
ATIVOS			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	81.731	9.117
Contas a receber	6	8.443	7.157
Contas a receber - partes relacionadas	15	257	311
Estoques		138	65
Despesas antecipadas		806	840
Impostos a recuperar		1.931	274
Outros créditos		1.265	1.193
Total dos ativos circulantes		<u>94.571</u>	<u>18.957</u>
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	8	9.726	11.813
Depósitos judiciais		8.619	2.327
Imobilizado	9	1.683	1.545
Intangível	10	1.124.549	775.063
Diferido	11	10.888	13.424
Total dos ativos não circulantes		<u>1.155.465</u>	<u>804.172</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.250.036</u>	<u>823.129</u>

	Nota		
	explicativa	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	12	25.518	21.395
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	56.804	5.415
Debentures	13	25.900	(31)
Fornecedores	14	9.407	8.581
Fornecedores - partes relacionadas	15	15.244	17.177
Contas a pagar - partes relacionadas	15	517	621
Obrigações sociais		4.754	4.364
Obrigações fiscais		3.484	3.056
Taxa de fiscalização		319	302
Cauções contratuais		6.702	3.979
Provisão para investimentos em rodovias	16	24.596	15.527
Dividendos propostos	15	2.665	4.215
Sinistros recebidos	17	816	7.707
Outras contas a pagar		236	127
Total dos passivos circulantes		<u>176.962</u>	<u>92.435</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	12	586.940	397.054
Debentures	13	-	23.050
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	165.833	100.418
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	889	277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	6.261	410
Provisão para manutenção em rodovias	16	27.657	26.346
Provisão para investimentos em rodovias	16	-	416
Total dos passivos não circulantes		<u>787.580</u>	<u>547.971</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.a	224.289	130.074
Reservas de lucros		61.205	52.649
Total do patrimônio líquido		<u>285.494</u>	<u>182.723</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.250.036</u>	<u>823.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	Nota		
	<u>explicativa</u>		
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Serviços prestados		165.004	158.958
Receita dos serviços de construção		332.653	268.044
Receitas Acessórias		788	1.719
Deduções dos serviços prestados		(14.692)	(13.882)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	483.753	414.839
CUSTO DOS SERVIÇOS			
Custo dos serviços prestados		(85.273)	(81.632)
Custo dos serviços de construção		(332.653)	(268.044)
Outras receitas não operacionais		13	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	20	<u>(417.913)</u>	<u>(349.676)</u>
LUCRO BRUTO		65.840	65.163
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(20.387)	(14.562)
Remuneração da Administração	15	<u>(1.227)</u>	<u>(966)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		44.226	49.635
Receitas financeiras	21	4.329	2.834
Despesas financeiras	21	<u>(31.483)</u>	<u>(26.193)</u>
		(27.154)	(23.359)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.072	26.276
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23	-	(7.145)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23	<u>(5.851)</u>	<u>(1.382)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>11.221</u>	<u>17.749</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,70126</u>	<u>0,18027</u>

(*) Não há resultados abrangentes nos EXERCÍCIOS corrente e anterior.

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.221	17.749
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>11.221</u>	<u>17.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros	Total
			Legal	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		79.968	2.565	36.550	-	119.083
Aumento de capital conforme ata de reunião de 08 de fevereiro de 2013		25.000	-	-	-	25.000
Aumento de capital conforme ata de reunião de 24 de abril de 2013		5.106	-	-	-	5.106
Aumento de capital conforme ata de reunião de 14 de maio de 2013		15.000	-	-	-	15.000
Aumento de capital conforme ata de reunião de 13 de junho de 2013		5.000	-	-	-	5.000
Lucro líquido do EXERCÍCIO			-	-	17.749	17.749
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal			887		(887)	-
Dividendos propostos					(4.215)	(4.215)
Retenção de lucros				12.647	(12.647)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>130.074</u>	<u>3.452</u>	<u>49.197</u>	<u>-</u>	<u>182.723</u>
Aumento de capital conforme ata de reunião de 25 de fevereiro de 2014	17 a	15.000				15.000
Aumento de capital conforme ata de reunião de 16 de abril de 2014		4.215				4.215
Aumento de capital conforme ata de reunião de 20 de maio de 2014		10.000				10.000
Aumento de capital conforme ata de reunião de 13 de junho de 2014		25.000				25.000
Aumento de capital conforme ata de reunião de 15 de setembro de 2014		40.000				40.000
Lucro líquido do EXERCÍCIO			-	-	11.221	11.221
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal			561		(561)	-
Dividendos propostos					(2.665)	(2.665)
Retenção de lucros				7.995	(7.995)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>224.289</u>	<u>4.013</u>	<u>57.192</u>	<u>-</u>	<u>285.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2014	31.12.2013
RECEITAS		
Prestação de serviços	165.004	158.957
Receita dos serviços de construção	332.653	268.042
Outras receitas	788	1.720
	<u>498.445</u>	<u>428.719</u>
CUSTOS		
Custo dos serviços de construção	(332.653)	(268.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.264)	(42.810)
Custo da concessão	(6.702)	(6.335)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(1.189)	(9.877)
	<u>(392.808)</u>	<u>(327.064)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	105.637	101.655
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(22.942)</u>	<u>(17.170)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>82.695</u>	<u>84.485</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.329	2.834
Juros capitalizados	26.924	9.801
	<u>31.253</u>	<u>12.635</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>113.948</u>	<u>97.120</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	15.699	14.043
Benefícios	3.584	3.047
FGTS	1.101	941
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	15.622	17.362
Municipais	8.484	8.017
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	4.273	3.368
Juros	7.194	16.422
Juros capitalizados	26.924	9.801
Remuneração de capitais próprios:		
Juros partes relacionadas	19.846	6.370
Dividendos propostos	2.665	4.215
Lucro do EXERCÍCIO remanescente	8.556	13.534
	<u>113.948</u>	<u>97.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S. A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	11.221	17.749
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	22.942	17.170
Baixa de ativos permanentes	6.891	20
Provisão para investimentos em rodovias	356	
Provisão para manutenção em rodovias	1.189	9.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.851	1.383
Despesas de juros com partes relacionadas	19.846	6.370
Despesas de juros, líquidas das receitas	9.066	14.959
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(664)	1.889
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	612	529
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.286)	(396)
Contas a receber com partes relacionadas	54	56
Estoques	(73)	27
Despesas antecipadas	49	15
Impostos a recuperar	(1.442)	(31)
Outros ativos	(6.364)	(2.248)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(6.500)	2.717
Transações com partes relacionadas	(4.852)	(19.657)
Obrigações sociais e trabalhistas	390	1.329
Obrigações fiscais	1.340	5.297
Imposto de renda e contribuição social pagos	(912)	(5.500)
Cauções contratuais	2.723	1.229
Adiantamentos de seguros	-	(3.000)
Juros pagos	(34.475)	(25.861)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-	(319)
Outros passivos	(6.762)	(223)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>19.200</u>	<u>23.381</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Acréscimos nos depósitos vinculados	-	(672)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(473)	(434)
Adições ao intangível	(333.100)	(268.232)
Aplicação financeira vinculada	(7.707)	-
Valor resgatado das aplicações vinculadas	10.766	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(330.514)</u>	<u>(269.338)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	215.533	174.414
Pagamentos	(21.605)	(43.299)
Dividendos pago	(4.215)	-
Aumento de capital	94.215	64.189
Empréstimos de mútuos	100.000	38.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>383.928</u>	<u>233.304</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>72.614</u></u>	<u><u>(12.653)</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	9.117	21.770
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>81.731</u>	<u>9.117</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

A Sociedade possui contrato de concessão e exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes - ANTT.

A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais - BSO's;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessa Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todo o prazo da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$48.421 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$1.165.844 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$372.845 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A sociedade celebrou "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22/09/2014.

Em decorrência da assinatura deste termo de ajuste, a Sociedade, realizará o montante equivalente à R\$31,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo e, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Reais - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Quanto às incertezas sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas controladas

pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à custo para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentado pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustado a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no

reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor

recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não

dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% a.a em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% a.a (6,35% a.a em 31 de dezembro de 2014 e 2013). A Administração revisa a taxa de desconto

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	24.987	15.711
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>24.596</u>	<u>15.527</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>391</u>	<u>184</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	-	418
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	-	<u>416</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>2</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	32.113	32.496
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>27.657</u>	<u>26.346</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>4.456</u>	<u>6.150</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº18.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	2.174	1.676
Aplicações financeiras (*)	<u>79.557</u>	<u>7.441</u>
Total	<u>81.731</u>	<u>9.117</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,4% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	8.264	6.724
Cupons de pedágio a receber	-	363
Cartões de pedágio a receber	155	58
Receitas acessórias a receber	<u>24</u>	<u>12</u>
Total	<u>8.443</u>	<u>7.157</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Prejuízo fiscal (a)	(5.022)	-
Provisão de participação nos lucros	(1.791)	(1.895)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(889)	(277)
Outras provisões		(93)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	(27.657)	(25.255)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	57.883	34.314
Ajuste dos encargos financeiros	(3.530)	(5.340)
Estorno de capitalização de juros	(578)	(248)
Base de cálculo	<u>18.416</u>	<u>1.206</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.261</u>	<u>410</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercícios a findar-se em:

2016	223
2017	235
2018	250
Após 2019	<u>5.553</u>
	<u>6.261</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos são R\$9.726 e R\$11.813 respectivamente e essas aplicações foram remuneradas em média a 100,4% da variação do CDI.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. IMOBILIZADO

A movimentação de 31 de dezembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, utensílios e instalações</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	423	587	319	9	880	-	2.218
Adições	91	-	180	-	51	-	322
Alienações/baixas	-	-	(20)	-	-	-	(20)
Saldo em 31.12.2013	514	587	479	9	931	-	2.520
Adições	49	7	137	-	215	-	408
Saldo em 31.12.2014	<u>563</u>	<u>594</u>	<u>616</u>	<u>9</u>	<u>1.146</u>	=	<u>2.928</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2012	(135)	(187)	(190)	(8)	(219)	-	(739)
Depreciações/amortizações	(47)	(59)	(70)	(1)	(75)	-	(252)
Alienações/baixas	-	-	16	-	-	-	16
Saldo em 31.12.2013	(182)	(246)	(244)	(9)	(294)	-	(975)
Depreciações/amortizações	(53)	(60)	(85)	-	(72)	-	(270)
Saldo em 31.12.2014	<u>(235)</u>	<u>(306)</u>	<u>(329)</u>	<u>(9)</u>	<u>(366)</u>	=	<u>(1.245)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	<u>332</u>	<u>341</u>	<u>235</u>	=	<u>636</u>	=	<u>1.545</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>328</u>	<u>288</u>	<u>287</u>	=	<u>780</u>	=	<u>1.683</u>
Taxas de depreciação - %	10	10	20	20	10	-	-

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. INTANGÍVEL

A movimentação de 31 de dezembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	<u>Software (b)</u>	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	386.710	608	152.835	1.822	541.975
Adições	75.882	90	197.743	-	273.715
Transferências/reclassificações	41.148	-	(39.408)	(1.740)	-
Saldo em 31.12.2013	503.740	698	311.170	82	815.690
Adições	92.669	98	283.267	412	376.446
Transferências/reclassificações	46.670	-	(46.670)	-	-
Alienações/baixas	-	-	(6.891)	-	(6.891)
Saldo em 31.12.2014	<u>643.079</u>	<u>796</u>	<u>540.876</u>	<u>494</u>	<u>1.185.245</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2012	(26.019)	(226)	-	-	(26.245)
Amortização	(14.270)	(112)	-	-	(14.382)
Saldo em 31.12.2013	(40.289)	(338)	-	-	(40.627)
Amortização	(20.021)	(115)	-	-	(20.136)
Alienações/baixas	67	-	-	-	67
Saldo em 31.12.2014	<u>(60.243)</u>	<u>(453)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(60.696)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	<u>463.451</u>	<u>360</u>	<u>311.170</u>	<u>82</u>	<u>775.063</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>582.836</u>	<u>343</u>	<u>540.876</u>	<u>494</u>	<u>1.124.549</u>
Taxa Amortização - %	<u>3,6%</u>	<u>20%</u>			

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o final da concessão.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(14.466)</u>	<u>(11.930)</u>
	<u>10.888</u>	<u>13.424</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Passivo circulante:	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	<u>25.518</u>	<u>21.395</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	<u>586.940</u>	<u>397.054</u>
		<u>612.458</u>	<u>418.449</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2016	34.894
2017	46.583
2018	50.105
2019	53.892
Após 2020	<u>401.466</u>
	<u>586.940</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos contratos de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- f) anter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- g) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- h) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
 - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação Sociedade.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos à Sociedade por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- i) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- j) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- k) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- l) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.
 - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos contratos de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31.12.2014	31.12.2013	
				Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª Emissão	2.250	CDI + 1,4% a.a.	04/07/2015	25.917	-	14.250
Custo de transação				<u>(17)</u>	<u>(31)</u>	<u>(13)</u>
				<u>25.900</u>	<u>(31)</u>	<u>23.050</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitida em 04 de outubro de 2013, com valor nominal unitário em R\$ de 10 (dez mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data <u>emissão</u>	Valornominal	Data <u>integralização</u>	Valor <u>Subscrito</u>
1ª série	03/10/2013	22.500	03/10/2013	23.065

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$9.407 (R\$8.581 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Autopista Fernão Dias S.A. (b)	2	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	255	-
Paulista Infraestrutura Ltda. (c)	-	311
Total	<u>257</u>	<u>311</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	56.804	5.415
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	15.105	17.177
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	135	-

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Contas a pagar partes relacionadas:

Arteris S.A. (b)	517	621
Autopista Fernão Dias S.A. (b)	4	-

Dividendos propostos:

Arteris S.A.	<u>2.665</u>	<u>4.215</u>
--------------	--------------	--------------

Total	<u>72.230</u>	<u>27.428</u>
-------	---------------	---------------

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
-------------------------------	-------------------	-------------------

Empréstimos e financiamentos:

Mútuos - Arteris S.A. (d)	<u>165.833</u>	<u>100.418</u>
---------------------------	----------------	----------------

Contas de Resultado:	31.12.2014		31.12.2013	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>
Arteris S.A. (c) e (d)	-	19.846	-	6.370
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.319	-	2.139	-
Total	<u>2.319</u>	<u>19.846</u>	<u>2.139</u>	<u>6.370</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(b) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

(c) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.

(d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
06/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.955	4.676
27/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	9.000	6.590	5.160
05/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	4.360	3.409
27/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.000	3.898
05/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.547	2.763
19/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.613	4.364
13/09/2013	Setembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	18.000	2.479	496
20/12/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.220	67
15/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.008	-
10/02/2014	Fevereiro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	1.859	-
15/05/2014	Maio de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	1.330	-
28/10/2014	Janeiro de 2015	CDI + 1,7% a.a.	<u>40.000</u>	<u>676</u>	-
			<u>181.000</u>	<u>41.637</u>	<u>24.833</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$ 1.227 (R\$ 966 em 31 de dezembro de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.791 e R\$1.895.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex- empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	<u>277</u>	<u>1.892</u>	<u>(1.297)</u>	<u>872</u>
Trabalhistas	<u>-</u>	<u>22</u>	<u>(5)</u>	<u>17</u>
Total	<u>277</u>	<u>1.914</u>	<u>(1.302)</u>	<u>889</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	<u>67</u>	<u>409</u>	<u>(199)</u>	<u>277</u>
Trabalhistas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>67</u>	<u>409</u>	<u>(199)</u>	<u>277</u>

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$505 e R\$15, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 277 e R\$ 0 em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$ 8.619 (R\$2.327 em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$3.918, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são conforme seguem:

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	
Saldos em 31.12.2013	15.527	26.346	416	
Adições	9.892	1.189	-	
Utilizações	(453)	-	-	
Ajuste a valor presente	(786)	122	-	
Transferências	416	-	(416)	
Saldos em 31.12.2014	<u>24.596</u>	<u>27.657</u>	<u>-</u>	

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2012	6.879	17.012	9.766	-
Adições	2.450	-	7.426	877
Utilizações	(1.172)	(2.848)	-	-
Ajuste a valor presente	123	28	874	864
Transferências	<u>(8.280)</u>	<u>1.335</u>	<u>8.280</u>	<u>(1.335)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>-</u>	<u>15.527</u>	<u>26.346</u>	<u>416</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de R\$816 (R\$7.707 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 224.289 e R\$ 130.074, respectivamente, e estão representado por 160.011.942 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 e 105.745.395 em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

		<u>31.12.2014</u>	
	Quantidade de ações <u>subscritas</u>	Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>Participação -</u> <u>%</u>
Arteris S.A.	160.011.942	160.011.942	<u>100,00</u>
		<u>31.12.2013</u>	
	Quantidade de ações <u>subscritas</u>	Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>Participação</u> <u>- %</u>
Arteris S.A.	<u>105.745.392</u>	<u>105.745.392</u>	<u>100,00</u>

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 25 de fevereiro de 2014 o aumento de capital social em dinheiro no valor de R\$15.000, passando o capital social a R\$ 145.074, dividido em 114.446.091 ações ordinárias, com a emissão de 8.700.696 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 16 de abril de 2014, o aumento do capital no valor de R\$4.215, mediante a emissão de 2.445.134 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o saldo de dividendos declarados no balanço findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 20 de maio de 2014, a Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 5.778.532 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de junho de 2014, o aumento do capital social em dinheiro, no valor de R\$25.000, mediante a emissão de 14.485.042 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de setembro de 2014, a Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social em dinheiro, no valor de R\$40.000, mediante a emissão de 22.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram incorporados ao capital social os dividendos no montante de R\$ 4.215, sendo este valor referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e originários da conta de dividendos mínimos obrigatórios provisionados naquela data.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	11.221	17.749
Reserva legal de 5%	<u>(561)</u>	<u>(887)</u>
Base de cálculo	10.660	16.862
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>2.665</u>	<u>4.215</u>
Dividendos propostos	2.665	4.215

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de pedágio	165.004	158.958
Receita acessória	788	1.719
Receita de serviços de construção	<u>332.653</u>	<u>268.044</u>
	<u>498.445</u>	<u>428.721</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita bruta	498.445	428.721
ISSQN	(8.484)	(8.017)
PIS	(1.106)	(1.045)
COFINS	<u>(5.102)</u>	<u>(4.820)</u>
Receita líquida	<u>483.753</u>	<u>414.839</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	(332.653)	(268.044)
Com pessoal	(15.083)	(14.069)
Serviços de terceiros	(17.171)	(15.090)
Depreciação / amortização	(22.839)	(17.062)
Seguros / garantias	(2.187)	(2.070)
Conservação	(15.757)	(13.852)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.189)	(9.877)
Taxa fiscalização	(3.811)	(3.607)
Outros	<u>(7.236)</u>	<u>(6.005)</u>
Total	<u>(417.926)</u>	<u>(349.676)</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(7.650)	(6.410)
Serviços de terceiros	(4.653)	(4.397)
Depreciação / amortização	(103)	(108)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(612)	(844)
Despesa de aluguel	(645)	(473)
Consumo	(1.987)	(1.595)
Transporte	(486)	(374)
Outros	<u>(4.251)</u>	<u>(361)</u>
Total	<u>(20.387)</u>	<u>(14.562)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

É composto por:

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros Ativos	286	
Aplicações financeiras	4.043	2.831
Outras receitas		<u>3</u>
Total receitas	<u>4.329</u>	<u>2.834</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(29.914)	(23.356)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	664	(1.888)
Comissões bancárias	(152)	(230)
Outras despesas	<u>(2.081)</u>	<u>(719)</u>
Total despesas	<u>(31.483)</u>	<u>(26.193)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	2.411	3.953
Aumento de capital com integralização de dividendos	4.215	5.106
Aumento de capital com mútuo de partes relacionadas	-	-
Juros capitalizados	26.924	9.757

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
-------------------	-------------------

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.072	26.276
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada		
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	(5.805)	(8.934)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(46)</u>	<u>407</u>
Despesa contabilizada	<u>(5.851)</u>	<u>(8.527)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(7.145)
Diferidos	(5.851)	(1.382)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973/14.

24. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	11.221	17.749
Média ponderada de ações ordinárias	<u>160.012</u>	<u>98.457</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,70126</u>	<u>0,18027</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	2.174	9.117
Aplicações financeiras	79.557	-
Contas a receber de clientes	8.443	7.157
Partes relacionadas	257	-
Outras contas a receber	<u>1.265</u>	<u>1.193</u>
	<u>91.696</u>	<u>17.467</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	9.407	8.581
Empréstimos e financiamentos	612.458	418.448
Debêntures	25.900	23.020
Partes relacionadas	238.398	123.631
Taxa de Fiscalização	319	-
Outras contas a pagar	<u>236</u>	<u>-</u>
	<u>886.718</u>	<u>573.680</u>

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> (provável)	<u>Cenário II</u> (+ 25%)	<u>Cenário III</u> (- 25%)	<u>Cenário IV</u> (+ 50%)
CDI	<u>12,50%</u>	<u>15,63%</u>	<u>9,38%</u>	<u>18,75%</u>
Juros a Incorrer(*)	(29.706)	(36.291)	(23.121)	(42.876)
Receita de aplicações Financeiras	2.021	2.468	1.573	2.916
TJLP	<u>5,00%</u>	<u>6,25%</u>	<u>3,75%</u>	<u>7,5%</u>
Juros A incorrer(*)	(49.443)	(50.816)	(48.070)	(52.190)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(77.168)</u>	<u>(84.639)</u>	<u>(69.618)</u>	<u>(92.150)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 04/01/2015.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

d) Risco de crédito

Em Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 8.443 (R\$7.157 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	11,19	27.490	-	-	-	-	27.490
BNDES	8,00	<u>41.473</u>	<u>77.232</u>	<u>85.766</u>	<u>85.766</u>	<u>585.225</u>	<u>875.462</u>
Total		<u>68.963</u>	<u>77.232</u>	<u>85.766</u>	<u>85.766</u>	<u>585.225</u>	<u>902.952</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	74.369

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Autopista Fluminense

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. (“Autopista Fluminense” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem extensão de 321,6 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Será também de grande importância logística para os projetos do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobrás, localizado em Itaboraí) e o Porto do Açú, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Além disso, permite o acesso a um importante pólo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

Autopista Fluminense

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Localização das praças de pedágio	Tarifa (R\$)
Km 040+540 - BR 101 - Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	3,40
Km 123+000 - BR 101 - Campos dos Goytacazes (Serrinha)	3,40
Km 192+500 - BR 101 - Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	3,40
Km 252+560 - BR 101 - Rio Bonito (Mato Alto)	3,40
Km 299+200 - BR 101 - São Gonçalo (Apolo III)	3,40

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

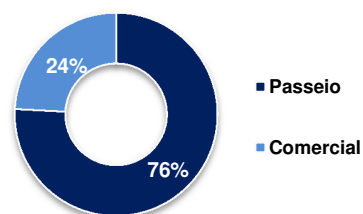
O tráfego pedagiado totalizou 48,7 milhões em 2014, 0,5% acima quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita e fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Autopista Fluminense

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



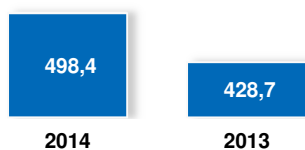
Composição do Tráfego 2014



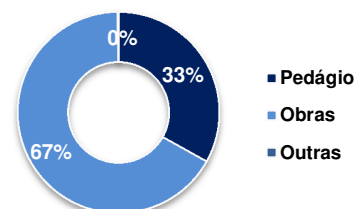
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 498,4 milhões em 2014, com crescimento de 16,2% em relação aos R\$ 428,7 milhões registrados em 2013.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2014



A receita de pedágio cresceu 3,8%, passando de R\$ 158,9 milhões em 2013 para R\$ 165,0 milhões em 2014. Esse aumento foi influenciado pelo reajuste tarifário de 3,8% em 14 fevereiro de 2014, quando a tarifa passou de R\$ 3,30 para R\$ 3,40 e devido ao aumento do tráfego neste exercício.

Autopista Fluminense

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$ 64,61 milhões (+24,1%), passando de R\$ 268,0 milhões em 2013 para R\$ 332,6 milhões em 2014. Esse aumento resultou, essencialmente, do maior volume de obras executadas.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 78 mil (-54,2%) em 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 483,7 milhões, R\$ 68,91 milhões superior ao ano de 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(332,7)	(268,0)	24,1%
Serviços de terceiros	(21,8)	(19,5)	12,0%
Pessoal	(22,7)	(20,2)	12,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(1,2)	(9,9)	-88,0%
Conservação	(15,8)	(13,9)	13,8%
Verba de fiscalização	(3,8)	(3,6)	5,7%
Seguros e garantias	(2,2)	(2,1)	5,7%
Remuneração da Administração	(1,2)	(1,0)	27,0%
Consumo	(4,5)	(3,4)	31,9%
Outros	(10,7)	(6,6)	63,4%
Custos e despesas	(416,6)	(348,0)	19,7%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um acréscimo de 19,7% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. Este crescimento de R\$ 68,6 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 64,6 milhões do “Custo dos serviços de construção” em virtude do aumento do nível de execução de investimentos em intangível na concessão, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado;
- (ii) Redução de R\$ 8,7 milhões em “Provisão para manutenção de rodovias” em razão dos estornos dos saldos congelados efetuados em 2014. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;

Autopista Fluminense

- (iii) Aumento de R\$ 2,5 milhões nos custos com pessoal devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), contratações para adequação do quadro funcional, e a internalização da mão-de-obra utilizada na arrecadação e no gerenciamento de investimentos, que antes atuavam de forma terceirizada e passaram a ser mão-de-obra própria.

- (iv) Aumento de R\$ 10,2 milhões nos demais custos e despesas devido a aumento de tarifas de serviços públicos e reajustes anuais de contratos operacionais e administrativos.

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA			
R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita líquida	483,8	414,8	16,6%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(416,6)	(348,0)	19,7%
EBITDA	67,2	66,8	0,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1,2	9,9	-88,0%
EBITDA Ajustado	68,4	76,7	-10,9%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a

Autopista Fluminense

reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2014 em R\$ 68,4 milhões, com a redução de 10,9% em relação ao ano anterior. Essa redução foi gerada, principalmente, devido a liminar que suspendeu a cobrança de pedágio nas praças 01 e 02 no período de 14/01/2014 a 11/02/2014.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	4,3	2,8	52,8%
Despesas Financeiras	(31,5)	(26,2)	20,2%
Resultado Financeiro Líquido	(27,2)	(23,4)	16,2%

O resultado financeiro líquido de 2014 foi R\$ 27,2 milhões negativo, 16,2% maior que 2013. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: maiores despesas em função dos juros incorridos sobre o empréstimo junto ao BNDES, juros sobre mútuos com a controladora e debêntures que aumentaram em relação ao realizado no ano de 2013, em função das novas liberações obtidas durante o exercício de 2014. O maior volume de investimentos também acarretou maior movimentação de recursos e, conseqüentemente, acréscimo das despesas bancárias.

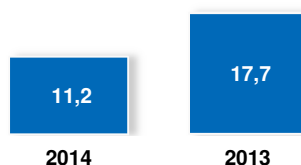
Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro líquido de R\$ 11,2 milhões (-36,8%), contra R\$ 17,7 milhões em 2013. Conforme mencionado anteriormente, os

principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) a quantidade de veículos equivalentes que diminuíram em relação ao ano anterior; e (ii) Maior desembolso com custos e despesas operacionais no período.

Autopista Fluminense

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Dívida Bruta	(638,4)	(441,5)	44,6%
Curto Prazo	(51,4)	(21,4)	140,7%
Longo Prazo	(586,9)	(420,1)	39,7%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	91,5	20,9	337,0%
Dívida Líquida	(546,9)	(420,5)	30,0%

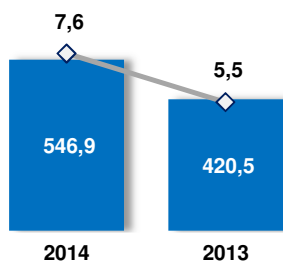
¹ Curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$ 638,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 196,9 milhões (+44,6%) em relação ao ano anterior. Esse aumento se deve às liberações obtidas no ano de 2014 referentes ao empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2014 em R\$ 546,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 126,4 milhões em relação ao montante de R\$ 420,5 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 7,6.

Autopista Fluminense

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



INVESTIMENTOS

Em 2014, foram realizados investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no valor de R\$ 344,5 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: Correção de Traçado no Município de Campos, Implantação de Pontos de Ônibus, Obras de Ampliação da Avenida do Contorno, Implantação de Melhorias de Acessos e Melhorias de Interseção, Início das Obras de Trevos em Desnível, continuação das obras de duplicação da BR-101/RJ, recuperação e manutenção da rodovia (pavimento, dispositivos de segurança, sinalização Horizontal e vertical, OAE, passivos).

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2014	2013
Empregos diretos	438	403
Rotatividade	5,23%	5,60%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 62,5% de homens, contra 37,5% de mulheres. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal

Autopista Fluminense

centra-se no Ensino Médio Completo, com 78,3% dos empregados 16,2% possuem nível superior completo e 5,5% possuem o ensino fundamental.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 7.133 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 16,28 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Fluminense estabeleceu como compromissos, a prevenção de acidentes e o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Destacamos em 2014, a continuidade nas realizações de etapas dos projetos Viva Motociclista, Viva Ciclista, Passarela Viva e a realizações de novos projetos Viva Saúde e Projeto Escola.

O Viva Meio-Ambiente em 2014 contou com a participação de 35 escolas municipais (25 no ano de 2013) sediadas nos 13 municípios que são lindeiros à rodovia, desde Niterói até Campos dos Goytacazes, que através da participação de cerca de 1.197 educadores em atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, leva conhecimento e cidadania a mais de 16,0 mil alunos.

O Viva Saúde trata-se de um programa voltado para a saúde dos caminhoneiros que proporciona exames e orientações para quase 100 mil profissionais de transporte, foi realizado no trecho da BR-101 RJ/Norte no Km 70 em Campos de Goytacazes.

Meio Ambiente

A Autopista Fluminense tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condicionantes ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras. No ano de 2014, no que diz respeito ao IBAMA, foram renovadas as seguintes Autorizações de Supressão de Vegetação: ASV N° 796/2013, referente a diversas obras de taludes, acessos e trevos ao longo da Rodovia BR 101/RJ; ASV N° 600/2011, referente às obras em duas balanças fixas e quatro móveis, dois trevos e uma ponte; ASV N° 642/2012, relativa às obras do trecho Manilha-

Autopista Fluminense

Varandinha, em Itaboraí, e obras de melhoramento, alargamento e reforço em OAEs (pontes) ao longo do trecho; ASV N° 724/2012, relativa à outras obras de melhoramento, alargamento e reforço em OAEs. Também foram emitidas pelo Órgão Ambiental a ASV N° 872/2014, chamada ASV Única, referente à necessidade de supressão de vegetação em toda à faixa de domínio da Rodovia BR 101/RJ, exceto trechos de Unidades de Conservação e a ASV N° 897/2014, relativa à seis pontos de retaludamento ao longo do trecho.

Quanto aos demais Órgãos ligados às questões ambientais, foram emitidas 16 licenças, sendo 8 (oito) do INEA, órgão estadual; 2 (duas) do INCRA, através da superintendência Regional, 4 (quatro) das prefeituras municipais de Itaboraí, Rio Bonito e Silva Jardim, 1 (uma) do IPHAN e 1 (uma) do ICMBio, representando às Unidades de Conservação.

Em 2014 foi finalizado o plantio de 7.000 m²13,35 hectares, sendo plantadas 1.750mil mudas, decorrente das obras realizadas ao longo da rodovia. Esta ação faz parte de um compromisso assumido junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA quando são emitidas autorizações para supressão de vegetação decorrentes da execução das obras na Rodovia.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses

Autopista Fluminense

com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

São Gonçalo-RJ, 26 de fevereiro de 2015.

A Administração

Diretoria

Odílio de Jesus Ferreira
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheiro

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro